

Comissão conclui hoje processo sobre livro

MARCOS DIAS

A Comissão Permanente do Fundo de Cultura reúne-se hoje para deliberar sobre o encaminhamento do apoio ao romance *Diasporá*, de Fernando Conceição, após o pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a pedido da Secult, sobre questões que supostamente envolvem a honra de pessoas citadas no livro.

Para a procuradora Cléia Santos, "os recursos podem ser liberados e não há como fazer restrições ao apoio para a publicação, até porque o Estado não é editor nem produtor deste livro".

O romance *Diasporá* foi lançado pela editora Casarão do Verbo no dia 14 de maio no Teatro Vila Velha, com performances de atores do Bando de Teatro Olodum.

O texto foi selecionado pelo edital de Demanda Espontânea de 2011, com recursos de R\$ 30 mil oriundos do Fundo de Cultura, mas o valor, até hoje, não foi liberado.

O caminho que o romance percorreu passou inicialmente por pareceristas contratados pela Secult, que recomendaram o projeto, salientando a relevância da obra, mas, uma vez na Comissão Permanente do Fundo de Cultura (também chamada de Comissão de Pré-Seleção), o processo foi diligenciado.

Foram cobradas providências em relação a adequação de itens do orçamento e, principal causa da polêmica, a Comissão identificou a "existência de trechos da obra que poderiam ser interpretados como ofensas à honra de personagens públicas reais". No dia 15 de maio, o processo foi encaminhado à PGE para avaliar se o Estado poderia ser responsabilizado pela publicação.

Constitucional

Para Cléia Santos, que enfatiza que a ampla liberdade de expressão é um princípio constitucional, o autor é responsável pelo que escreve e, subsidiariamente, respondem o seu editor, sua editora e o produtor. "O Es-

tado, ao apoiar o projeto pelo Fundo de Cultura, não está apoiando o conteúdo, mas o projeto de publicação da obra para a diagramação e editoração. Nós dissemos à Procuradoria que é possível liberar os recursos, mas a decisão é do secretário (Albino Rubim) e da Comissão".

O escritor, jornalista e professor Fernando Conceição, que atualmente desenvolve uma pesquisa no exterior para escrever a biografia do geógrafo Milton Santos, escreveu no seu site (www.fernandoconceicao.com) quando soube da decisão

da Comissão de encaminhar o processo para a PGE: "Não se pode pinçar trechos à sua escolha, descontextualizá-los do todo do romance e apresentá-los como prova para a prática de censura prévia". Também enfatizou que o conteúdo é ficcional: "Tudo que está ali é uma invenção, não um registro histórico ou científico".

Análise

A procuradora Cléia Santos também destaca que não cabe à PGE fazer qualquer análise se o texto comete ou não algo que possa ser entendido como crime à honra das pessoas citadas. "O conteúdo das questões não cabe ao Estado nem a nenhum comissário analisar".

No entendimento da procuradora, as referências a pessoas reais é uma questão que só quem se sentir ofendido vai poder se pronunciar. "Realmente, não tem como o Estado fazer essa avaliação prévia, aí seria censura prévia, antes que alguém pudesse se sentir ofendido ou não", afirma.

"O conteúdo da obra não cabe ao Estado nem a nenhum comissário analisar"

CLÉIA SANTOS, procuradora do Estado